

Trama de sentidos: experiências etnográficas em contexto de consultas públicas (projetos de intervenção político urbanística na Av. São João)

SP.39: Etnografías de la/en la vida urbana: territorios, espacios públicos y vulnerabilidades sociales

Ponentes

Nombre	Pertenencia Institucional
---------------	----------------------------------

Jéssica de Souza Andrade	Universidade de São Paulo
--------------------------	---------------------------

Trama de sentidos: experiências etnográficas em contexto de consultas públicas (projetos de intervenção político urbanística na av. São João)

Jéssica de Souza Andrade^[1]

mestranda do programa de Pós Graduação em

Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP)

O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa de mestrado em curso intitulada: *Os sentidos do Olido: dinâmicas culturais e transformações urbanas numa centralidade paulistana*. A partir do interesse inicial no equipamento cultural, nomeado de Centro Cultural Olido, situado na av. São João, -via que integra um perímetro na região central e histórica de São Paulo identificada como Centro Novo, tal avenida ganha importância neste percurso de investigação e torna-se também, área de interesse complementar. A gestão atual do município desenvolveu um comitê intersecretarial cujo nome é: *#todospelocentro*, que tem por objetivo coordenar diversas ações municipais para a requalificação do centro da cidade. Dentre estas ações identificam-se dois projetos em curso: *Diálogos Ruas Abertas av. São João* e *Diálogos Turismo no Centro de São Paulo* os quais expressam, mobilizam e atribuem sentidos para esta avenida icônica no imaginário paulistano. Imortalizada em canções, permeada com elementos de relevância arquitetônica e artística, trata-se de uma espacialidade na qual se articulam as mais variadas táticas, práticas e dinâmicas de diferentes atores sociais. Por meio de etnografias realizadas até o momento e registradas em relatos de campo decorrentes da inserção e participação da pesquisadora em consultas e audiências públicas, notou-se o modo como a av. São João – via discurso dos dirigentes políticos – é considerada, ora como uma avenida linear e que, devido a esta característica, possibilita um lugar de "estar", "caminhar" e "apreciar" ora como ambiência para a "vocalização natural do centro, o turismo", leia-se turismo como negócio. Ademais de ser possível identificar, nestas ocasiões, leituras e aproximações que traduzem o olhar institucionalizado da instância municipal perante esta centralidade em seus arranjos na

contemporaneidade. Outro aspecto que transparece é a maneira como se organizam estes encontros (consultas e audiências públicas), cuja finalidade é intermediar a interlocução entre sociedade civil e municipalidade, e assim construir uma relação participativa nas etapas de formulação de projetos. O acompanhamento dos diálogos abre pistas para a compreensão das dinâmicas e ações mobilizadas para a "requalificação" do Centro Novo e para o projeto de cidade que se está construindo. A contribuição que se pretende não é a exposição de respostas e posicionamentos totalizantes, mas a reflexão crítica dos formatos institucionais de diálogo entre uma visão de perto e a de longe e o acercamento das narrativas empregadas nos debates públicos em prol de projetos que induzem o "fazer cidade" em contexto latinoamericano.

palavras-chave: estudos urbanos, sentidos, experiência etnográfica

Introdução

Em 2023 deram início diversos encontros organizados por parte de secretarias e agentes políticos do município e do governo de São Paulo para difundir a elaboração e aplicação de dois projetos de intervenção política urbanística em prol da requalificação de áreas centrais da cidade, ambos envolvendo a Av. São João. Tais programas são: a implementação do programa Ruas Abertas, desenvolvido na época da gestão Haddad, na avenida em questão e a criação do primeiro distrito turístico urbano do centro. Estes "encontros" ao longo do texto são retomados com outras denominações como diálogos, audiências e consultas públicas. Por parte da pesquisadora, houve um interesse de fazer destes "encontros" uma experimentação etnográfica, tendo em vista que o equipamento cultural que protagoniza sua pesquisa de mestrado está situado na Av. São João. A construção de sentido, bem como o seu entendimento não deve ser tomado numa única direção, para compreender a relevância, o percebido e o vivido de determinado equipamento cultural é preciso dar um passo atrás e se aproximar das narrativas institucionais mobilizadas em torno da via que o situa.

Segundo Magnani em seu texto, *Etnografia como prática e experiência* (2009), o fazer etnográfico é pautado por duas abordagens: a *prática*, que envolve o planejado, o contínuo, e a *experiência*, regida muitas vezes por certa descontinuidade e imprevistos. Norteadas por ambas abordagens se acompanhou uma série de encontros agendados por parte do poder público, comitê intersecretarial #TodospeloCentro, e sociedade civil, associação Pró-Centro entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. À primeira vista o ambiente controlado de um evento de caráter institucional com coffee break, confirmação de presença e horário marcado pode parecer desprovido de experiência ou lê-se também imprevistos, de acordo com a conceituação de Magnani, a realidade se mostra avessa. Seja por falas inflamadas por parte dos participantes e dirigentes, discordâncias políticas, ausências de determinados representantes ou perguntas que são feitas no decorrer do evento, que a depender da criticidade pode servir como dispositivo para agitação. Estas colocações são postas para ressaltar a polifonia que se tem ao optar por etnografar situações como esta, porém priorizou-se aqui evocar fragmentos de discursos de agentes do poder público e de uma associação, que se coloca no debate de modo a representar a sociedade civil.

Observa-se durante o percurso do texto a repetição do termo Relatório de Análise: Ruas Abertas São João, este documento foi produzido com a finalidade de traduzir a leitura que institucionalmente, a secretaria incumbida de realizá-lo, estabeleceu como a compreensão que se tem deste território na atualidade. Trechos deste documento são recuperados em diversas passagens com a intenção de deflagrar a distância que pode existir entre o percebido e o vivido. Além da ideia de que um relatório técnico também é um conformador de sentidos.

Av. São João entre o ícone imaginário e a espinha dorsal de projeto urbano

Os parágrafos que se seguem não têm por ambição retomar de modo integral a cronologia histórica da av. São João e muito menos se debruçar, de forma diminuta, na complexidade temática de seu território, composto por contínuas negociações, disputas, intervenções políticas, manifestações culturais e questões socioeconômicas ligadas a determinados grupos sociais nas esferas da habitação, imigração, trabalho informal e sexual^[2]. Pontos

selecionados desta trama serão evocados no texto, à medida que ele seja complementar para o entendimento de sentidos e articulações contemporâneas percebidas em campo. Contudo, um fato é ponto pacífico, a av. São João é um ícone no imaginário do paulistano, presente na canção atemporal Sampa de Caetano Veloso^[3] "alguma coisa acontece no meu coração / que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João / É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi / da dura poesia concreta de tuas esquinas/ da deselegância discreta de tuas meninas [...]" e nas palavras de Guilherme de Almeida^[4] que, em 1990, escreveu uma nota para o jornal Estado de S. Paulo evidenciando a pujança da avenida em termos de vida urbana e simbologia do progresso e da modernidade

[...] a avenida São João, centralizadora, atraente, magnética, vai chamando a si a vida urbana, que a ela se agruda e com ela roda empolhada toda de arranha-céus, apinhada de autos e trans, inchada de penças de gente, borbulhada de cachos de luz... E síntese da vida de hoje, índice infalível do progresso desse tempo[...]
(Simões, 1990, p.40)

Entretanto, as transformações da cidade de São Paulo, de seus modos de produção, das distintas visões político-partidárias que estiveram à frente dos ciclos de sua gestão, ademais de novos arranjos do capital, que sai de um modo de regulação fordista para o financeiro, ilustra uma nova fase, expressa por meio da financeirização. Regime de acumulação patrimonial, no qual o principal elemento é a renda, segundo a geógrafa Sandra Lencione (2015). Este cenário envolve o mercado imobiliário, a progressiva abertura para investimentos internacionais, a constante disputa por terra e modificações significativas nas modalidades de parceria entre poder público e iniciativa privada na seara da governança política e nas tratativas para com o espaço urbano. Certamente este conjunto de apontamentos não explicam por si só as profundas alterações na cidade, bem como sua metropolização^[5] e os surgimentos de outras Centralidades^[6], mas conformam-se como vias para compreensão

de mudanças marcantes em certas territorialidades, dentre elas a av. São João, que atualmente já não comporta muitas de suas características de outrora.

A Avenida São João é uma via da região central da cidade de São Paulo situada no distrito da Sé, possui 1,5 km de extensão, pertence a delimitação popularmente conhecida como Centro Novo^[7] e estabelece conexão com o Vale do Anhangabaú e os bairros: Santa Cecília, Barra Funda e Campos Elísios. Na obra *Centralidade em São Paulo: territórios, conflitos e negociações na metrópole* (2000), Heitor Frúgoli mostra que, até os anos 1960, São Paulo teria um único centro metropolitano, dividido em Centro Tradicional e Centro Novo, ambos conectados a diferentes fases de industrialização paulistana. Em meados dos anos de 1968 e 1970 iniciou-se a formação de um novo subcentro em torno da av. Paulista. (Frúgoli Jr., 2000) O surgimento deste subcentro estabeleceu uma dinâmica concorrencial àquela do Centro Novo, na qual se insere a av. São João, ocasionando o enfraquecimento da agitação urbana. A região deixou de figurar como local de relevância para sediar instituições bancárias, museológicas, cinemas de rua, novos empreendimentos arquitetônicos e outros^[8], entrando num processo de declínio, como aponta Frúgoli "a partir de meados dos anos 60 dois movimentos foram concomitantes: a crescente popularização do Centro e a evasão de empresas e bancos para outros subcentros, à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário." (Frúgoli Jr., 2000, p.61) Quanto a sua ocupação na atualidade o Relatório de Análise: Ruas Abertas São João^[9], empreendido com propósito de realizar uma ampla leitura da via para averiguar se a mesma se enquadraria no programa Ruas Abertas, contempla em seu sumário tópicos como: contexto histórico, análise urbana, dinâmicas locais dentre outros. Note nos parágrafos 4.5.5 e 4.5.5 deste relatório como se caracteriza o uso do solo na extensão da avenida na contemporaneidade.

4.5.4 Quanto ao uso de solo, percebe-se que a Avenida São João é constituída por uma ocupação variada, com uso misto e comercial predominante nos quarteirões próximos ao Largo do Paissandú e ao Vale do Anhangabaú.

4.5.5 Conforme a Avenida se distancia do Centro Antigo e se aproxima dos bairros de Santa Cecília e Barra Funda, observa-se o surgimento de mais edificações de uso exclusivamente residencial e condomínios de construção mais recente, com maior número de pavimentos e acessos para garagem de veículos.

O mapa de usos presente no relatório demonstra uma divisão da extensão de 1,5km da av. São João por quadrantes coloridos que exemplificam o uso lote a lote. Na legenda do mapa nota-se as categorias escolhidas para indicar os usos, sendo estes descritos como: vago, área pública, comercial, estacionamento, institucional, residencial e misto. O território parece conter uma única dimensão, uma topografia do tecido urbano sem fissuras com tipologias de habitações, à primeira vista, enquadradas numa mesma categoria quando se observa os lotes coloridos. O que conduz a uma percepção de ausência de conflitos, negociações, disputas, casualidades, vestígios do cotidiano dos seus cidadãos no que se refere às táticas, práticas e dinâmicas culturais, ademais de manifestações espontâneas de lazer e sociabilidades múltiplas.

Um fator não explorado neste documento é o das ocupações por movimentos sociais em defesa do direito à moradia^[10] que se estabelecem em diferentes pontos da avenida. Em novembro de 2022 o jornal Folha de São Paulo veiculou a reportagem *Sem-teto ateiam fogo em frente a ocupação na avenida São João, em SP*^[11], a notícia relata que manifestantes da ocupação Art Palácio (extinto cinema de rua), em repúdio ao corte de água e luz ateiam fogo na av. São João na altura do largo Paissandu, ao lado da galeria do Rock. Outro elemento, conectado à condição socioeconômica do território, que não se explicita no relatório são as práticas de comércio informais (vendedores ambulantes) e o aumento do percentual de pessoas em situação de rua na região, estatística agravada após a crise sanitária global ocasionada pela COVID-19. Conforme pesquisa realizada pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH) e divulgada em dezembro de 2023 - "Só a cidade de São Paulo concentra uma quantidade de pessoas em situação de rua maior do que a população total de 89% dos municípios brasileiros^[12]." Somando-se a estes fatores indicados acima há também a questão da Cracolândia e o seu fluxo, com base em pesquisas do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) "A grande ação policial na Praça Princesa Isabel, realizada em maio de 2022, multiplicou e espalhou pelo centro da cidade de São Paulo as concentrações de pessoas em situação de rua e com uso abusivo de drogas^[13]", tornando-se possível encontrar pequenas aglomerações de pessoas que reproduzem as dinâmicas da Cracolândia em diversas esquinas da região da Luz, Santa Cecília, República e Campos Elíseos, áreas que permeiam e são identificadas como Centro Novo.

Curioso notar que, seguindo as colocações do Relatório de Análise: Ruas Abertas São João, se por um lado os pontos expostos até aqui não foram evidenciados no documento, parecendo ocultar contradições, outros recebem destaque. Como exemplo, encontram-se aqueles que fazem referência a particularidades e potencialidades presentes na avenida em torno do seu planejamento, desenho urbano e atrativos culturais/turísticos. A seguir a relação de alguns pontos que ilustram tais referências: **a)** uma importante conexão entre o Vale do Anhangabaú e os bairros Santa Cecília, Barra Funda e Campos Elísios. **b)** Importante eixo Centro-Oeste da cidade de São Paulo, a Avenida conecta dois pontos notáveis da região: o Elevado Presidente João Goulart (“Minhocão”) e o Vale do Anhangabaú, espaços públicos importantes da cidade que recebem a população para o usufruto da cidade e vivência do meio urbano. **c)** A configuração da Avenida São João e sua localização no tecido urbano proporcionam um eixo visual marcante na paisagem da área central da cidade, destacando o Edifício Altino Arantes^[14] como ponto focal. **d)** Além de possuir um conteúdo histórico relevante para a memória da cidade^[15], abrigando diversos grupos sociais em seu território.

Quem são estes diversos grupos sociais? Quando se aborda sobre o conteúdo histórico relevante da av. São João e da área central, considera-se também este território como um território negro?, tendo em vista a presença da Igreja do Rosário dos homens Pretos construída por trabalhadores negros no início do século XX. Inicialmente situada na Praça Antonio Prado e que em decorrência da urbanização e modernização urbanística e higienista da prefeitura à época foi demolida e construída no Largo do Paissandu.

Comitê intersecretarial #todospelocentro e Associação Pró-Centro: narrativas em prol da "requalificação" do Centro

Acompanhar as discussões e mobilizações da atual gestão da Cidade de São Paulo para com a região central atravessa a compreensão do surgimento e da atuação de dois grupos, um advindo do poder público, Comitê intersecretarial #todospelocentro e o outro, uma iniciativa da sociedade civil, Associação Pró-Centro. Estes dois grupos têm se mostrado parceiros na conformação de ações e políticas de intervenção urbana para o centro da

cidade, sendo o programa - Ruas Abertas São João - um caso exemplar desta atuação conjunta. A intenção deste artigo, nas partes seguintes, é apresentar estes dois grupos e abordar, de maneira breve, a premissa de dois projetos do Comitê #todospelocentro, o Distrito Turístico Urbano e o Programa Ruas Abertas: São João. A Av. São João está presente no desenho de ambos os projetos, entretanto, por razões que à frente serão melhor delineadas, a associação Pró-centro se articula com maior ímpeto na esfera do Ruas Abertas: São João.

Na ocasião do encontro - Diálogos "Ruas Abertas" Avenida São João, ocorrida em julho de 2023, evento prévio a formalização de fato do programa, um membro da associação Pró-Centro disse - "Nós temos que tomar a cidade de volta, pela primeira vez nos últimos 30, 20 anos para alguém para nos escutar". Este trecho, conjuntamente a uma percepção advinda do trabalho etnográfico, mostra que a depender da situação a avenida opera como uma metonímia, sendo evocada nos discursos como sinônimo da área central: falar da avenida São João é também falar da cidade e do seu centro. Mais um motivo para apresentar de modo contíguo estes dois grupos que produzem narrativas confluentes em prol da requalificação[16].

Comitê #TodospeloCentro

O Comitê Intersecretarial #TodosPeloCentro é uma ação promovida pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, tem como atribuição estabelecer mútua cooperação entre as secretarias municipais envolvidas no planejamento, implantação, gestão, monitoramento e avaliação das intervenções previstas para os distritos do Bom Retiro, Belém, Pari, Sé, República, Brás e Santa Cecília. Além de ser responsável por coordenar as diversas ações municipais para requalificação da região central. Este comitê está ancorado em três frentes: **a)** marcos legais: mudanças na legislação e marcos regulatórios com intenção de requalificar o espaço urbano. **b)** políticas públicas: operação delegada (programa para estimular maior candidatura de policiais para patrulha na região central, contando com benefícios e incentivo monetário) e iniciativas públicas de assistência e apoio para pessoas em situação de vulnerabilidade nas ruas. **c)** requalificação urbana: fortemente ligada à iniciativa privada e de acordo com o comitê #todospelocentro, tem seu foco de

atuação nas áreas de relevância arquitetônica e cultural.

Durante um dos encontros - Diálogos: Turismo no Centro -, realizado em agosto de 2023, um Integrante do Comitê #TodospeloCentro mencionou o esforço conjunto que está sendo feito entre Prefeitura, Estado e Iniciativa Privada, não só para os dois projetos referidos aqui, bem como outros como a expansão do perímetro da Lei do Triângulo SP[17]. A direção na qual parece convergir as premissas do comitê é a aposta do "requalificar" via mercado imobiliário, um dos setores que representa em maior grau as pretensões da iniciativa privada[18] nos arranjos públicos. Sendo usufrutuário de editais para concessões, parcerias público privada (PPP), isenções e benefícios fiscais, quando a intenção é investir nas áreas centrais. Estratégia que se reflete na observação de reportagens recentes veiculadas na mídia. Entre junho/outubro de 2023 e janeiro de 2024 o jornal Folha de São Paulo e o portal de informações #todospelocentro veiculam as matérias: *Prefeitura de SP intensifica ações para revitalizar Centro, atrair empresas e cerca de 200 mil moradores* (F.S, junho, 2023)[19] *Prefeito assina decreto que oferece incentivos financeiros à requalificação de imóveis no centro de São Paulo. Subvenção econômica tem o objetivo de estimular a requalificação do centro da cidade com novas moradias e empreendimentos comerciais* (#todospelocentro, outubro, 2023)[20]; *De bônus à outorga zero, AIU do Setor Central oferece incentivos para atrair investimentos para o Centro de SP. Novo plano urbanístico aprovado em 2022 substituiu a antiga Operação Urbana Centro e ampliou estímulos para a requalificação da região central* (#todospelocentro, janeiro, 2024)[21].

Associação Pró-Centro

Ao se falar da associação Pró-Centro, a mesma não deve ser confundida com a Procentro[22] (Programa de revitalização do centro) criado em julho de 1993 por decreto do então prefeito Paulo Maluf, que à época tinha como proposição revitalizar urbanística e socialmente áreas centrais da cidade. A Pró-Centro em questão surgiu em 2021 e, de acordo com informações do próprio site[23] do grupo, se apresenta como:

"uma Associação formada por empreendedores e interessados pela região central de São Paulo, que busca incentivar e promover o desenvolvimento e valorização da região. Lá definem sua atuação como concentrada nos - distritos Sé e República e, apesar de ser uma entidade jovem, já alcançou excelentes resultados em benefício da população e empresas do Centro de SP - e estabelece como proposta a colocação - Sabemos que a tarefa não é simples, mas estamos dispostos a melhorar o centro histórico de São Paulo, focando em propostas sobre temas de maior urgência, para trazer dignidade a todos da região."

(Fonte: [Site Pró-Centro / Quem Somos](#).)

A diretoria da associação é composta por um grupo de homens (oito no total), atrelados a atividades nos ramos de hotelaria, restaurante de relevância histórica, controle e planejamento empresarial, operação de câmbio, escritório de arquitetura e instituição cultural. A demanda por realizar a versão do programa ruas abertas na av. São João foi uma iniciativa da Pró-Centro. Um ponto a se ressaltar é a falta de proximidade da diretoria para com temáticas, organizações e representantes de movimentos envolvidos em pautas vigentes nas territorialidades de atenção da associação, Sé e República. A ideia de representação ampla da população exaltada no trecho "excelentes resultados já alcançados em benefício da população e empresas", não se verifica uma relação pormenorizada dos resultados e nem da população e empresas beneficiadas. O termo população é empregado de forma generalizante mantendo em anonimato os receptores de tais resultados, não se sabe quem de fato está contemplado nesta população.

Dos planos de intervenção urbana na av. São João:

Distrito Turístico do Centro e Programa Ruas Abertas São João

Nas partes que se seguem não se tem como finalidade esgotar em termos legais e descritivos o escopo de criação e regulamentação destes projetos, mas sim apresentá-los de forma sucinta, atentando-se a intenção e estratégia em prol da requalificação da área central contida em cada um. Atendo-se também para o modo como parece haver confluências entre eles. Uma construção arbitrária de sentidos e potencialização de determinadas características nas leituras acerca da av. São João.

Distrito Turístico do Centro

Em janeiro de 2024, na data de aniversário dos 470 anos da cidade de São Paulo, o então governador assinou um decreto que transforma o centro histórico de São Paulo no primeiro distrito turístico urbano do Brasil, tendo como intenções basilares o desenvolvimento econômico sustentável a partir da atividade turística. Uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, que pretende instituir corredores turísticos e ampliar investimentos em segurança e monitoramento na região para a promoção da reurbanização e a reocupação do centro da capital, atraindo assim novos investimentos. A Secretaria de Turismo e Viagens, compreende por distrito uma área territorial delimitada com capacidade para concentrar investimentos públicos e privados por meio da geração de benefícios econômicos, fiscais e de crédito. O principal objetivo é aumentar o fluxo de turistas. No site de notícias do Governo de São Paulo, em matéria veiculada no dia da assinatura do termo de criação do distrito^[24], separou-se um trecho que sintetiza os pontos fortes do projeto, presente nas palavras do atual Secretário de Turismo e Viagem.

"o distrito promove condições favoráveis para se criar um território seguro e sustentável a partir de corredores turísticos, fachadas ativas, novas habitações e postos de trabalho, beneficiando a população e os visitantes. Sua criação promove o fortalecimento de empreendimentos já existentes e incentiva a instalação de novos negócios. "O distrito atua a partir da cooperação entre Governo, Prefeitura, sociedade civil e iniciativa privada, revitalizando o patrimônio, aumentando a oferta de moradia, hospedagem e segurança", afirma o secretário

Lucena, de Turismo e Viagens."

O perímetro contempla mais de 50 atrativos turísticos, 60 estabelecimentos gastronômicos, 76 meios de hospedagem e mais de uma centena de opções de compra e entretenimento. Os pontos de visita são dispersos entre: Triângulo Histórico de São Paulo, incluindo o Largo São Bento e o Pátio do Colégio, vias comerciais temáticas como 25 de Março, São João, Ipiranga, General Osório, Santa Ifigênia e São Caetano. Destacando-se patrimônios históricos como o Mercado Municipal e o Vale do Anhangabaú. Durante a realização do campo a pesquisadora pôde acompanhar os discursos e apresentações institucionais sobre o Distrito Turístico e suas implicações na área central, em diversas ocasiões mobilizou-se a expressão "olhar do turista". Esta expressão, analisada em seu contexto de fala, induz a uma percepção dos diferentes espaços do centro numa escala de fora e de longe (Magnani, 2002), tendo em vista que seu emprego ocorria junto a exemplos de economias mundiais que estão gerando emprego e renda por meio do turismo. Desta forma o "olhar do turista" opera como uma espécie de farol para sinalizar adequações em determinadas áreas da cidade que ainda precisam ser feitas para se obter uma formatação espacial que melhor atenda a experiência do turista. O Turismo[25] é posto como produto e meio para requalificação do perímetro definido como distrito turístico do centro e propaga a promessa de melhorias em termos de ofertas de trabalho, ampliação de renda e melhoramento da infraestrutura urbana.

"Por que o turismo é uma estratégia de requalificação?" esta pergunta é proferida com frequência nas apresentações do projeto do distrito e a resposta a ela baseia-se na noção de que os equipamentos identificados na modalidade lazer e entretenimento como: Teatro Municipal, Farol Santander (exemplos utilizados pelos dirigentes) têm avaliações positivas - "são muito bem avaliados, porém o entorno tem uma baixa avaliação e percepção" -. Logo, o argumento articulado estrutura-se na identificação do Centro de São Paulo como locus de uma concentração interessante de espaços e equipamentos culturais que, se comparado com outras cidades mundiais, torna-se invejável. Outro excerto, retirado da fala de um dos dirigentes do distrito relata que - "o coração da Sé e República traz características de Distrito Turístico Urbano" -, portanto a partir da identificação de construções e áreas de relevância arquitetônica e cultural pensou-se na aplicação da Lei 17.374/21, que dispõe sobre a instituição de distritos turísticos no Estado de São Paulo. Legislação criada para oportunizar

investimentos no turismo enfatizando a relevância histórica, étnica e cultural.

Vale ressaltar que a ideia sobre a criação do distrito turístico foi proposta oficialmente em 2023 pelo Comitê Intersecretarial #TodosPeloCentro, após estudo do contexto turístico da região. A av. São João foi identificada como via comercial temática de potencialidade turística e sua relação de proximidade a outros espaços, que também partilham desta potencialidade, são: Anhangabaú e Praça da República. O projeto lê estes locais como contendo "âncoras valorizadas", termo mobilizado por agentes do poder público para expressar a presença de edificações (teatros, galerias, shoppings, igrejas, museus, mercados, edifícios arquitetônicos e afins), entendidos como portadores de vocação turística e catalisadores de atividades no âmbito do turismo. Neste ponto, no que diz respeito à São João, reforça-se o entendimento desta avenida como uma espinha dorsal que conecta dois espaços de fruição de lazer marcantes na paisagem paulistana, o Minhocão (Elevado Costa e Silva) e o Vale do Anhangabaú, e uma vez mais sua iconicidade no imaginário urbano da cidade é articulada como valor de troca, fazendo uso do termo lefebvriano.

Programa Ruas Abertas São João

O programa Ruas Abertas surge como lei para o município inicialmente em dezembro de 2016, na gestão do então prefeito Fernando Haddad. Tinha por objetivo promover uma ampliação dos espaços públicos com mais opções de lazer, convivência e recreação para a população. À época da formalização do programa, Haddad fez a seguinte colocação para a Secretaria especial de comunicação^[26]

É uma política que torna a cidade mais amigável, torna as pessoas mais próximas umas das outras. Acho que nós temos que cultivar a tolerância mais do que nunca na nossa cidade com possibilidades de encontros, entendimentos e comunhão, que são coisas que devem marcar a vida em uma cidade tão diversa como São Paulo.

A proposta de inclusão da Avenida São João no Programa Ruas Abertas, como já dito, foi uma iniciativa da sociedade civil, leia-se associação Pró-Centro, entre seus membros há empresários que possuem, direta ou indiretamente, relação comercial e interesses particulares com a requalificação da avenida, assim como sua consolidação em polo de atração de turistas e investimentos. O Programa Ruas Abertas São João traz por finalidade a ampliação e defesa da ocupação do espaço público por pedestres e a facilitação da conexão entre o Minhocão e o Vale do Anhangabaú.

Os argumentos que alicerçam o programa, segundo o Relatório de Análise: Ruas Abertas, apoiam-se nas ideias da criação de uma conexão exclusiva para pedestres entre dois ambientes que têm uma ocupação intensa de lazer consolidada - Vale do Anhangabaú e Minhocão, como apresentado em outro momento neste texto. A transformação do percurso entre estes dois pontos (ou seja, a Avenida São João) em um espaço de lazer qualificado[27], uma vez que ela contém uma forte riqueza cultural, histórica e turística, ademais da oportunidade de propiciar mais espaços aos pedestres em uma cidade e, principalmente, em uma região que ao longo da história recebeu inúmeras intervenções que priorizaram o deslocamento de veículos. Passo importante na direção de uma cidade mais gentil e segura para as pessoas.

Em entrevista realizada em novembro de 2023 com integrante da equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), participante ativo no desencadeamento do programa na São João, relatou-se que - "a avenida tem uma característica linear, podendo ser aproveitada como lugar de estar e apreciar, espaços assim são escassos em São Paulo". Ao se abordar sobre a existência de outras vias na cidade com estas características, observa-se que tanto no Relatório de Análise da São João quanto em falas institucionais surge o caso da av. Paulista como exemplo. Fechada aos domingos e feriados desde junho de 2016, a avenida, cartão postal da cidade é rememorada como um caso de sucesso do Programa Ruas Abertas.

Entretanto, diferente do perfil de inclinação empresarial da associação Pró-Centro, os grupos que encabeçaram a ideia e o debate da abertura da av. Paulista foram o Sampapé e o MinhaSampa[28] O primeiro se intitula como uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de melhorar a experiência do caminhar nas cidades e o segundo como uma rede de ativismo independente e apartidário, que se recusa a receber verba de governos,

partidos, empresas públicas ou construtoras.

Percebe-se que se o projeto do Distrito Turístico Urbano qualifica a av. São João como uma via comercial temática, na prática ainda não se tem uma identidade estabelecida para a avenida na contemporaneidade que exerça influência significativa, assim como sua fama e simbologia adquirida no passado. É evidente a mobilização da memória no auxílio desta construção de identidade atual em ambos os projetos, pois existem passagens no Relatório de Análise do programa Ruas Abertas São João, que valorizam e destacam este aspecto, a exemplo, na sessão 1 (objeto), - *possui um conteúdo histórico relevante para a memória da cidade e abriga diversos grupos sociais em seu território*, ou na sessão 7 (potencialidades e limitações) que referencia a avenida como - *Símbolo da memória do Centro*.

Por um lado, constata-se o engrandecimento da sua iconicidade, memória e espaço da diversidade social, da oportunidade do encontro e por outro, verifica-se a aparente flexibilidade, por parte da municipalidade e de seus agentes em fazer uso de pautas, até então polêmicas, quando articuladas em outros contextos de negociação e disputa no percurso de políticas públicas e gestão da cidade, em pontos virtuosos dentro do escopo do programa. Sendo elas a presença dos skatistas, a valoração da ciclovia e a crítica a circulação de automóveis em detrimento da experiência do pedestre^[29]. Abaixo três excertos que citam estas temáticas, extraídos de diferentes partes do Relatório de Análise Ruas abertas São João, datado de novembro de 2023.

A construção de anéis viários, viadutos e vias elevadas com o objetivo de facilitar a circulação de automóveis, desvaloriza a experiência dos pedestres, criando grandes áreas de sombras, dificultando cruzamentos, gerando fortes ruídos e poluição.

(sessão 2 -contexto histórico)

Grande diversidade de grupos que ocupam seu território: grupos de jovens que frequentam a região; skatistas; turistas, que circulam na região devido aos

atrativos do local; funcionários e clientes dos comércios locais; trabalhadores da região que transitam e utilizam comércio e serviços locais.

(sessão 7 - potencialidades e limitações)

Boa oferta de infraestrutura de mobilidade urbana, com ciclovia, pontos de ônibus e proximidade ao metrô São Bento, República e Santa Cecília.

(sessão 7 - potencialidades e limitações)

Segundo Renato Anelli, em seu texto *Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo* (2007) o planejamento do desenho urbano da cidade de São Paulo, desde as primeiras estradas criadas por Washington Luis até o Plano de Avenidas do Prestes Maia, foi dedicado a valorar o uso do automóvel em detrimento da expansão de transportes públicos, tornando o “rodoviarismo” a forma de organização técnica do território e revelando seu caráter de diretriz econômica e política. Impacto de um pensamento de fazer cidade incidente até hoje. Acerca dos skatistas e da dinâmica cultural urbana do skate aponta-se a produção de Giancarlo Carraro Machado[30], que aborda com maior profundidade as contradições entre a prática do skate e os desafios da cidadania na cidade de São Paulo, por fim relacionado às ciclovias e seus percalços face às políticas públicas evidencia-se a tese de doutoramento de Lucas Lopes de Moraes[31] - "Pedalar é um ato político": controvérsias em torno das ciclovias paulistanas.

Cultura e turismo, lazer com negócio e os sentidos em jogo

Tomando por empréstimo a expressão de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert à respeito da construção da "atenção flutuante na observação sistemática" presente na publicação *Etnografia de rua: estudo de Antropologia Urbana* (2003), inicia-se a sessão final deste artigo à guisa de um pequeno conjunto de percepções sobre a experiência etnográfica de ter como campo situações de diálogos entre municipalidade, governo estadual e sociedade civil, ademais das audiências e consultas públicas, que mobilizaram uma heterogeneidade de atores sociais como: advogados, agentes e guias de turismo, representantes de movimentos sociais, curiosos, arquitetos, comerciantes, empreendedores, moradores das mais diversas localidades, jornalistas, entusiastas por São Paulo e muitos outros, que certamente escaparam às anotações.

Via-se no cenário a complexidade que teria o desenrolar do evento a depender dos ânimos dos interlocutores presentes e não raro, a regra de três minutos de fala era negligenciada por exaltações em favor do debate e reivindicação de pautas necessárias ora no âmbito restrito a certas territorialidades ora abrangendo a "população" de modo geral e as dificuldades de viver numa cidade como São Paulo. De fato, uma *atenção flutuante* se espalhava em torno das possibilidades de rede que se formavam a cada novo encontro, aspectos e sentidos etnográficos vinculados à. São João e arranjos inéditos de narrativas engajadas em fazer cidade se desenhavam em ritmos acelerados. Apesar do constante deslocamento para acompanhar os eventos da agenda pública participativa do Programa Ruas Abertas São João e do Distrito Turístico Urbano do Centro, um ponto comum se fez presente a partir de uma *observação sistemática*. A mistura entre cultura e turismo, lazer com negócio e os múltiplos sentidos em jogo, inclusive aqueles oriundos de matizes subjetivas, como a memória, o saudosismo por uma forma de cidade do passado e a paixão pelo Centro.

Segundo o autor George Yúdice (2006) a cultura é um recurso que gera e atrai novos investimentos, cuja distribuição e utilização, tanto para o desenvolvimento econômico e turístico, ela se mostra como uma fonte interminável, no sentido de conceber a "cultura como um recurso". Lillian Fessler Vaz em *A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos?* (2004) atenta-se para uma análise das últimas décadas, na quais, segundo a autora, ocorre uma difusão do uso da cultura como principal estratégia em diversos planos, projetos e políticas públicas e culturais.

Para Fessler a cidade encontra-se num período pós-industrial, que acaba por difundir novas formas de intervenção através de planos estratégicos e projetos urbanos. Em outras palavras, se na industrialização/urbanização visava-se a adequação da cidade à produção material, no segundo caso (pós-industrial), visa-se a produção imaterial, ou seja, de bens materiais correntes: serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia. (Fessler, 2004)

Outro aspecto, como evidência Fessler, que não se pode deixar de pontuar é o surgimento, em meados dos anos 80 e 90, da tendência do termo "projeto urbano" empregado na esfera da política pública e atrelado a outros termos como "planejamento estratégico" e "marketing urbano". Termos representantes de uma ação política entre governos locais em parcerias com agentes privados, que materializam a intenção e ação do poder público em realizar investimentos em áreas concentradas, no intuito de transformá-las de tal modo que estas territorialidades sejam capazes de disseminar uma radiação positiva sobre o entorno, contribuindo para uma nova paisagem urbana.

Perseguindo outros pontos expostos no texto de Fessler (2004) que vão de encontro aos argumentos e sentidos mobilizados no Ruas Abertas São João e no Distrito Turístico como: conteúdo histórico relevante; lugar para estar e apreciar; espaços públicos para o usufruto da cidade e vivência do meio urbano; potencialização da experiência do pedestre; a cidade para o "olhar do turista" e exaltação da diversidade cultural. Somado ao trecho - "O objetivo é proporcionar a instalação de atividades na área, sobretudo aquelas que compõem a economia criativa relacionadas às áreas de gastronomia, lazer, entretenimento, turismo e inclusão social, a fim de trazer de volta os paulistanos para a região central de São Paulo", proferido por um interlocutor, representante da Secretaria da Casa Civil / Comitê #Todos pelo Centro ao discorrer sobre o propósito do conjunto de ações em prol da requalificação da área central efetuadas na atual gestão, faz-se pertinente citar a seguinte passagem

"[...]a proliferação de imagens, eventos, festivais, ícones arquitetônicos, espaços públicos renovados e primorosamente desenhados, cuja dimensão simbólica é potencializada e enobrecida pela cultura, se torna matéria prima para o marketing urbano. Anuncia-se a cultura e a cidade revitalizada - um espetáculo a ser consumido" (Fessler, 2004, p. 7)

Mais uma vez retomando as formulações de Lefebvre (2001), na análise dos projetos e seus sentidos o direito à cidade é fragilizado por uma substituição da fruição da vida urbana e do seu valor de uso, para dar lugar ao discurso da economia criativa, da estratégia política que articula a cultura como uma isca para a viabilização de projetos que trazem como consequência a requalificação de áreas centrais da cidade. A percepção que fica para aquele que lança um olhar desatento para estas iniciativas é que elas visam a experimentação dos espaços públicos da cidade, camuflando outros interesses em jogo, que mais se associam ao valor de troca, estabelecendo uma cidade mercadoria, na qual o lazer, a cultura e outras manifestações espontâneas de seus cidadãos são capitalizadas.

Em *Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo* (2003) Paola Berenstein indica que a referida culturalização das cidades contemporâneas, ou seja, a utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana parece fazer parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como desenvolvimento econômico (Berenstein, 2003, p.8). As lacunas que permanecem frente a estes novos projetos são: estas propostas de se fazer cidade são realmente destinadas a todos? Qual o meio do caminho entre a criação efetiva de espaços de fruição que fomentem um acesso democrático a diferentes espaços na cidade e a égide do consumo, do negócio, da estetização da vida urbana? A economia criativa que tenta abarcar a cultura, a tecnologia, a economia e o desenvolvimento urbano na intenção de aplacar a desigualdade e a segregação em metrópoles globais cumprirá tal feito? As observações tecidas no percurso deste artigo não traz como propósito aferir juízo de valor a esta ou aquela gestão, mas sim de conduzir a atenção, por meio de uma mirada de perto e de dentro e de fora e de longe (Magnani, 2002) da trama de sentidos envolta nos projetos de intervenção político urbanística na av. São João, afinal ela é uma boa metáfora para pensar a cidade.

Notas etnográficas de um experimento

Mariza Peirano em *Etnografia não é método* (2014) relata o equívoco que se pode vir a cometer alocando a etnografia como uma simples questão de método, para a autora tratar a etnografia desta maneira genérica a esvazia de significado ou a pontua como pouco teórica. Peirano acrescenta que "monografias não são resultadas simplesmente de métodos etnográficos; elas são *formulações teórico-etnográficas*" (Peirano, p. 383, 2014). Este artigo não traz por ambição contribuir à disciplina com tais formulações, mas expor inquietações que acometeram a pesquisadora na realização deste experimento etnográfico ocorrido na situação de diálogos, audiências e consultas públicas.

O acompanhamento da agenda pública destes encontros é o fator facilmente atrelado a abordagem *prática* do fazer etnográfico, entretanto a experiência e suas descontinuidades e imprevistos se manifestam de inúmeras formas. A cada rodada de realização do evento, um local, horário e determinado público se reúne. Existe uma premissa acerca das escolhas dos locais de realização, eles devem estar situados no território no qual tal implementação do programa deve acontecer. O que mobiliza os participantes de forma geral, a percorreram espaços centrais da cidade e mesmo que, de forma inconsciente, elaborar um repertório do local, seu entorno, sua frequência e agitação urbana. A depender da localidade e da narrativa proferida no momento de apresentação de ambos os projetos, a impressão que se tinha é que se estava falando sobre outra cidade ou melhor sobre uma idealização de cidade. Ora exaltando suas qualidades, outras construindo uma imagem degradada e suja de sua paisagem.

As três modalidades de encontro: audiência, diálogo e consulta pública eram abertas para a sociedade civil, tendo ciência do evento era só chegar, para usar uma expressão informal. Enquanto pesquisadora ao adentrar os locais e se deparar com os participantes ocasionais percebia-se ausências de determinados representantes de pautas ativas no território, face a presença de grupos de comerciantes e empresários pertencentes a vários ramos de atuação, membros de Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg) de outros bairros, simpatizantes do centro, advogados de movimento a favor da construção do Parque Minhocão, jornalistas, guias e agentes de turismo, moradores e, certamente há atores que me escaparam neste cenário. A questão mais presente foi: em que momento o pesquisador, enquanto antropólogo, pode se pronunciar, intervir com alguma questão que pode vir a ser interessante para o entendimento de sua hipótese, de seu campo? afinal não é fácil reunir tantos representantes de diferentes setores envolvidos na gestão pública numa única oportunidade. Outro fator

fundamental é a temporalidade destes encontros, que tirando os responsáveis por conduzi-los e fazê-los acontecer, raramente se encontrará um mesmo público. A cada nova edição se coleta fragmentos de narrativas e sentidos em torno da territorialidade em questão (neste caso a atenção voltou-se para a av. São João) e da noção de cidade, não se deve deixar-se enganar pela ilusão que aquele conjunto de pessoas ali presentes, naquele tempo suspenso e notório, por ser um evento institucional orquestrado por instâncias de poder atreladas ao município e Estado estão verdadeiramente definindo o destino de espaços ou vocalizando o desejo e a opinião daqueles que têm sua cotidianidade atravessadas por tais territórios. Cláudia Fonseca em “*Antropologia e cidadania em múltiplos planos*” (2002) a partir de suas experiências já nos alertava sobre o descompasso envolvendo o *timing* da pesquisa e as pretensões acadêmicas e a política pública. Para os pesquisadores que se deparam com situações etnográficas como esta não basta ter um método é preciso ser acometido por diversas práticas e experiências até se chegar a algo que se possa chamar de formulações *teórico-etnográficas*.

Notas de la ponencia:

- [1] Coordinadora e Pesquisadora - NauCidades (Grupo de Estudos do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo. Membro do Corpo Editorial da Revista Cadernos de Campo (USP). Mestranda em Antropologia Urbana - PPGAS / US. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jessica.souza.andrade@usp.br
- [2] Para o aprofundamento do trabalho sexual no Centro Novo e adjacências consultar: PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê. ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- [3] O cruzamento da Ipiranga com a Avenida São João ganhou o coração do cantor e de todos os que escutam a música. Caetano Veloso compôs a canção Sampa em 1978, durante as comemorações do aniversário da cidade. Nestes mais de 40 anos de Sampa, a música ganhou o coração dos paulistanos. Ainda hoje, há quem utilize essa forma carinhosa para se referir a São Paulo. Matéria disponível em: [Sampa: o hino de amor de Caetano Veloso por São Paulo](#)
- [4] Guilherme de Almeida (1890-1969) foi um poeta brasileiro. O primeiro modernista a frequentar a Academia Brasileira de Letras. Ocupou a cadeira n.º 15. Era membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Coimbra e do Seminário de Estudos Galegos de Santiago de Compostela. Foi também advogado, jornalista e tradutor.
- [5] Sobre metropolização ver LENCIONI, Sandra. MetrÓpole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

[6] Sobre Centralidades ver: FRÚGOLI JR., Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

[7] (abrangendo a região da praça Ramos de Azevedo à praça da República, sendo a rua Barão de Itapetininga o eixo conector entre as praças)

[8] De acordo com Frúgoli "foi também da década de 60, a partir do golpe militar, que o governo federal passou a desenvolver certos princípios de intervenção na esfera urbana, sobretudo a partir do Plano Urbanístico Básico no município de São Paulo" (Frúgoli, 2000 p.58). O elevado Costa e Silva (Minhocão) é desta época e segundo o autor este elemento urbano também foi um propulsor para certa decadência da av. São João.

[9] Estudo preliminar da avenida dirigido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Assessoria de Gabinete e Gestão Estratégica, utilizando como material de apoio os dados da plataforma Participe+ na realização da consulta pública. Para acessar a plataforma Participe+ e visualizar todo o material produzido em torno deste programa, consultar o link: [Consulta pública: Programa Ruas Abertas Avenida São João](#)

[10] É de conhecimento da pesquisadora em questão as ocupações da av. São João nas alturas dos números 288, 588 e a Ocupação do Art Palácio. Não foi encontrado algum material no qual todas as ocupações vigentes na av. São João estivesse mapeada. O exemplo exposto opera mais como uma pista para se opor a simplificação feita, por parte da municipalidade, da leitura dos usos dos lotes.

[11] Matéria completa em: [Sem-teto ateiam fogo em frente a ocupação na avenida São João, em SP](#)

[12] Matéria completa: Pessoas em situação de rua, disponível no link:

Pessoas em situação de rua ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos

[13]

Matéria completa: A cracolândia não diminuiu, só se espalhou, disponível no link:

A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou

[14]

Este edifício é popularmente conhecido em São Paulo como Farol Santander, pois nos anos 2000, o prédio foi incorporado ao patrimônio do banco espanhol Santander, que realizou uma grande reforma tornando-o um prédio exclusivo de visitação, com diferentes atrações. Desde sua inauguração, em janeiro de 2018, o Farol Santander oferece experiências, não só sobre a história da pujança econômica de São Paulo, mas também um ambiente para vivenciar novas conexões do visitante com a arte e a cultura, promovendo, a cada visita, um novo Farol, e um novo você.

[15]

Segundo o Relatório de Análise: Ruas Abertas São João, parágrafo 4.3.8.2 Ao longo da Avenida São João existem diversos bens que são classificados como ZEPEC-BIR (Bens e Imóveis Representativos), que são elementos construídos ou

edifícios com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e cultural para a comunidade. Documento completo no link: [Relatório de Análise "Ruas Abertas São João"- novembro /2023](#)

[16]

O entendimento do conceito de requalificação está ancorado na seguinte descrição: "Associado ao conceito de reabilitação surge o conceito de requalificação que visa restituir a qualidade a um determinado espaço a partir da melhoria das condições físicas dos edifícios e/ou dos espaços urbanos, podendo ser alterada a função primitiva de forma a dar resposta às exigências da época" (Mendes, p.35, 2013)

[17]

Projeto que trata da expansão do perímetro da Lei Triângulo SP, sancionada por Bruno Covas em 2020

Para ver matéria completa acessar:

[Triângulo SP: Projeto que trata da requalificação de área no centro de São Paulo já é lei na capital](#)

[18] Tendo em vista que instituições bancárias, fundos de investidores, construtoras e incorporadoras também podem performar essa representação.

[19] Para ver matéria completa acessar link:

[Prefeitura de SP intensifica ações para revitalizar Centro, atrair empresas e cerca de 200 mil moradores](#)

[20] Para ver matéria completa acessar link:

[Prefeito assina decreto que oferece incentivos financeiros à requalificação de imóveis no centro de São Paulo](#)

[21] Para ver matéria completa acessar:

[De bônus à outorga zero, AIU do Setor Central oferece incentivos para atrair investimentos para o Centro de SP](#)

[22] Para aprofundamento sobre o contexto de criação e atuação da Procentro ver: FRÚGOLI JR., Heitor (2000)

[23] Para mais informações ver: [Pró-Centro](#)

[24] Para matéria completa ver: [Governo de SP lança primeiro distrito turístico urbano no centro histórico da capital](#)

[25] Conceituações e desdobramentos do termo "Turismo" não serão abordados neste artigo, a compreensão de seu uso está, empregada aqui, sob o entendimento e mobilização do termo a partir dos interlocutores

acompanhados em campo.

[26] Para ver matéria completa acessar: [Prefeitura institui oficialmente Programa Ruas Abertas](#)

[27] A expressão de "lazer qualificado" é encontrado no Relatório de Análise do Programa Ruas Abertas São João, não sendo assim, um conceito mobilizado pela autora.

[28] Endereços eletrônicos dos grupos: [Sampapé](#) e [MinhaSampa](#)

[29] Em decorrência da limitação do formato artigo, estes pontos apontados não serão desenvolvidos com a precisão necessária, porém evidencia-se para o leitor produções acadêmicas reconhecidas a respeito dos desdobramentos de tais questões elencadas.

[30] Link para tese de doutoramento de Giancarlo Carraro Machado: [A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade](#)

[31] Link para a tese de doutoramento de Lucas Lopes de Moraes: ["Pedalar é um ato político": controvérsias em torno das ciclovias paulistanas.](#)

[32] Norma ABNT NBR 10520:2023

Bibliografía de la ponencia

Bibliografia

Alvarez, Isabel Pinto. **A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre**. Geosp –

Espac?o e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 494-505, dez. 2019, Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163370>> acesso em 14 de janeiro de 2024.

Agier, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Ed.

Terceiro Nome, 2011

Anelli, Renato. **Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB**. Arquitextos, São Paulo, ano 07, n. 082.000, Vitruvius, mar. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>

Brenda Stefanny Batista Neves, Wandeline de Araujo Cumarú, Hannah Miranda Moraes, **O que faz uma cidade ser criativa? Uma análise a partir das dimensões conceituais**. ESPM-Rio, Diálogo com a Economia Criativa, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 18-32, set./dez. 2020.

Frúgoli Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

FONSECA, Claudia. 2002. “**Antropologia e cidadania em múltiplos planos**”. Debates.

NACI: Núcleo de Antropologia e Cidadania.

Hassenpflug, Dieter. **Sobre centralidade urbana**. Arquitectos, São Paulo, ano 08, n. 085.00, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.085/235>>. acesso em 14 de janeiro de 2024.

Jacques, P. B. **Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo contemporâneo?** Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Lefebvre, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

Lefebvre, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Lefebvre, Henri. **Espac?o e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2016.

Lencioni, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Lencioni, Sandra. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões**. In: Ferreira, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 35-68.

Lencioni, S. **Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevivência do capitalismo**. In: PEREIRA, P. C. X. e HIDALGO, R. (orgs.). *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en America Latina* Santiago, PUC-Chile, 2008.

Mendes, L.. (2013). **A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo**. *Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 5(1), 33–45. <https://doi.org/10.7213/urbe.7784>

Magnani, J. G. C.. (2002). **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 17(49), 11–29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>

_____. **“A etnografia como prática e experiência”**. *Horizontes antropológicos*. Vol.15, N.32, Porto Alegre, jul./dez. 2009.

Pereira, Alvaro Luis dos Santos. **Reflexões sobre o fenômeno da “centralidade” a partir do quadro teórico da “Antropologia da Cidade**, Ponto Urbe [Online], 11 | Disponível em: <
<http://journals.openedition.org/pontourbe/1075> >acessado em 29 de dezembro de 2024

Peirano, Mariza, « Etnografia não é método », Horizontes Antropológicos, 42 | 2014, 377-391.

Simões, Inimá. **Salas de cinema em São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura /

PW Editores / Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Disponível em: <
<http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/salas.pdf>>

Vaz, Lilian Fessler. **A “culturalização” do planejamento e da cidade. Novos modelos?** In: Fernandes, Ana; Jacques, Paola Berenstein (orgs.). Territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: Cadernos PPG-AU/FAUFBA, ano 2, 2004b